

ELEIÇÕES

▶ **Preocupação da entidade é que gestores concluam mandatos sem problemas com a legislação**

AMM orienta prefeitos sobre cuidados

SISSY CAMBUIM
DA REDAÇÃO

Segundo Meraldo Sá, política fiscal injusta e legislação dura desmotiva concorrência ao cargo de prefeito



Meraldo Figueiredo Sá (PSD), 35, está em seu segundo mandato na Prefeitura de Acorizal. Técnico agrícola, iniciou a vida política em 2000, quando foi eleito vereador e, em seguida, assumiu a presidência da Câmara e do consórcio de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental do Vale do Rio Cuiabá. Em 2010, venceu a disputa para o comando da Associação Mato-grossense de Municípios (AMM), onde permanece na presidência até o início do ano que vem. Em entrevista ao jornal A Gazeta, ele fala dos desafios dos prefeitos em ano eleitoral.

Como os prefeitos e a AMM estão trabalhando neste período eleitoral?

Estamos trabalhando bastante focados, principalmente nas orientações básicas e diretrizes para um bom final de mandato. Já fizemos vários treinamentos junto ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público orientando o fechamento dos trabalhos municipais, relatórios de gestão fiscal, Lei de Responsabilidade Fiscal e ressaltando para os prefeitos que são candidatos à reeleição que tenham todo o cuidado neste período eleitoral com o uso da máquina pública, contratação de pessoal, todo o cuidado é pouco, então estamos bastante atentos a isso.

Esse trabalho começou quando?

Estamos desde maio com esse trabalho orientativo, além disso criamos uma cartilha, ou seja, o manual eleitoral criado pela AMM e nosso corpo jurídico tem trabalhado firme junto às prefeituras para que não surjam grandes problemas nas eleições municipais.

Neste ano, pela primeira vez, diminui o número de candidatos à reeleição para as prefeituras de Mato Grosso. Por que esta desmotivação em continuar no cargo?

O prefeito é igual a qualquer cidadão dentro da sua municipalidade. Hoje somos muito penalizados com essa política, principalmente de distribuição dos recursos. Apenas 16% de todo o bolo da arrecadação estadual e nacional fica para os municípios e as responsabilidades recaem sobre a cabeça do prefeito. Se você não cumpre uma saúde, uma educação de qualidade é penalizado e esse peso fica somente nos ombros do prefeito. Além disso, tem as ações judiciais do Ministério Público contra as administrações municipais, então isso desmotiva muito um pai de família, um empresário, a disputar uma eleição e quem está como prefeito e não quis ser candidato à reeleição conhece essa realidade. Sabe que para quem está fora é fácil falar, mas uma vez que entra, vê que a dificuldade é grande. O que desmotiva principalmente o cidadão ou o prefeito a ser candidato à reeleição é a falta de apoio que ele tem por parte dos governos estadual e federal. A pessoa entra sem nenhum processo e não deixa a prefeitura com menos de 15 ou 20 processo que na maior parte não são por culpa do gestor pública. Mato Grosso é tratado como um estado rico, mas somente 25% dos municípios concentram essa riqueza, os outros 75% são paupérrimos. Se não houver uma política específica para que as coisas possam acontecer nessas cidades, acaba desestimulando a classe política e principalmente aqueles que já estão no comando, a buscar um novo mandato.

Nesse sentido, a AMM vem travando um embate com o Governo na questão do repasse do ICMS. Como está essa questão?

Nós temos trabalhado muito junto ao Estado, mostrando para o governador e para a Assembleia Legislativa a injustiça que é cometida com os municípios. Já disse e repito, 100% dos problemas que acontecem no Estado, ocorrem nas cidades. É vontade de todos os prefeitos esse novo modelo de redistribuição do ICMS para que nós pudéssemos ajudar aqueles municípios que não tem, economicamente, nenhum tipo de crescimento e nenhuma condição de aumentar seu índice do imposto fazendo com que o Fethab viesse a compor essa base de cálculo e a gente pudesse, não tomar de quem já tem, mas dar para quem ainda não tem. Mas houve uma resistência muito grande por parte do Governo devido aos compromissos com a Copa do Mundo. Entendemos que o evento é um processo importantíssimo para

Mato Grosso em razão do legado que vai deixar, principalmente para a nossa Capital, que necessitava muito de infraestrutura e estamos vendo as coisas acontecendo, mas fomos muito penalizados, porque o Fethab que poderia ser dividido entre os municípios, tem 30% dos recursos comprometidos com as metas para a execução das obras do Mundial. O Estado sinalizou que num segundo momento poderia voltar a discutir, nós pressionamos muito, mas não tivemos êxito.

A discussão está encerrada, então?

A discussão é sempre permanente e a gente cobra muito, tanto o governador Silval Barbosa (PMDB) quanto os nossos deputados acerca deste grande mote que é o Fethab, criado realmente para auxiliar os municípios e hoje se desconfigurou um pouco para cobrir as obras da Copa.

Já se percebe a falta dos 30% do Fethab nos municípios?

Com certeza! Este ano foi atípico e está sendo muito difícil. O país passa por uma crise. As arrecadações dos últimos meses, com relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), tiveram um decréscimo muito grande, chegando nos meses de julho e agosto a quase 40% de queda, fazendo com que os prefeitos não consigam nem manter a folha em dia. A falta de investimento no interior de Mato Grosso se dá devido a escassez de recurso, principalmente com o Fethab não voltando para os municípios, deixando ainda mais a desejar com relação às obras. Nossa salvação este ano foram os R\$ 80 milhões que estão sendo liberados pelo governo em obras que têm chegado ao interior, mas ainda são muito poucas. Estamos acreditando muito no programa MT Integrado que vai viabilizar as ligações asfálticas entre os municípios. O governador acertou muito nesse projeto porque para o crescimento das regiões, precisamos ter as vias asfaltadas. Nossa expectativa é que esse programa que começou timidamente, possa acontecer com mais rapidez em 2013.

Qual a situação dos municípios em relação aos repasses estaduais?

Está muito difícil. Temos conversado permanentemente com a Assembleia e com o governo. Para se ter uma ideia nós vamos receber ainda o mês de abril referente aos repasses da saúde. Estamos fechando agosto, ou seja, temos maio, junho e julho em atraso e estamos alertando Silval para que não aconteça o mesmo que no ano passado. Já conversei com o secretário de Estado de Fazenda, Marcel de Cursi, vamos voltar a nos reunir para cobrar um posicionamento. Como já temos 4 meses atrasados, vai acumulando e quando chegar ao final do ano, além da gente não conseguir cumprir com a nossa obrigação no dia a dia da saúde básica, seremos penalizados por uma questão que não é culpa nossa. Somos 3 entes federados onde existe contrapartida de todos, se uma das partes falha, como está acontecendo com o Estado, dificilmente vamos conseguir ter êxito no fechamento, então temos orientado os prefeitos a buscar junto às suas secretarias municipais informar sempre aos tribunais de contas que estes recursos não estão chegando.

Em relação à AMM, quais são seus planos?

Eu fui reeleito prefeito nas eleições passadas e fico aqui na AMM num mandato tampão de 2 meses porque nossos prefeitos só tomam posse em 1º de janeiro. Então permaneço até fevereiro para que possa conduzir, em janeiro, a eleição da nova diretoria do biênio 2013-2014 e deixo a presidência na primeira quinzena do mês seguinte, já que, como não serei mais prefeito, não posso disputar aqui de novo. Na AMM procuramos sempre fortalecer o municipalismo. Criamos a TV Município, um canal linkado direto com as prefeituras para mostrarmos as potencialidades e avanços das gestões; o cartão-prefeito, que fortalece o diálogo com a entidade. Quando assumimos aqui, tínhamos 13 engenheiros e hoje são 48. Fortalecemos muito a área de projetos para que nós pudéssemos captar mais recursos e nivelar os projetos para que fossem aprovados mais rapidamente no Estado. Também fomos responsáveis pela criação do Diário Oficial Eletrônico que representa uma economia significativa para as prefeituras que precisam publicar seus editais.

Está muito difícil a questão dos repasses estaduais. Estamos conversando permanentemente com Assembleia e governo